

ANGELA BITTENCOURT *Economia-Brasil*

REUTERS
KNOW. NOW.

Relatório de Inflação abre passagem para 2006

Em duas semanas de 2005 estarão liquidado, mas a agenda econômica ajudará o mercado a antecipar o balanço das principais variáveis econômicas e financeiras de olho em 2006.

As contas públicas, as contas externas, as operações de crédito em novembro e a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) serão divulgadas antes do Natal. É elevada também a probabilidade de o Conselho Monetário Nacional (CMN), que teve sua reunião adiada para quinta-feira, cortar a Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) referente ao primeiro trimestre de 2006.

Na última semana do ano, o Relatório de Inflação é o principal alvo de atenção porque é grande a expectativa com as projeções do Banco Central para a variação do PIB em 2005 e 2006.

O Relatório de Inflação é trimestral. No início de 2005, o BC esperava crescimento de 4,0%. Mas, após um fraco primeiro trimestre, em junho o BC reduziu sua estimativa para 3,4% — indicação mantida no relatório de setembro.

O mercado quer saber a posição do BC para balizar as próprias projeções, mas dá como certo um avanço de 2,5% do PIB em 2005 — resultado pífio temperado por juro real elevadíssimo e moeda local apreciada em torno de 15%. Essa valorização do real é expressiva, apesar do empenho do BC, obviamente negado, em alçar o dólar a patamares



mais elevados de negociação. Exuberantes seguem a balança comercial e as contas públicas. O superávit comercial persegue a inédita marca de US\$ 44 bilhões. O superávit primário (que exclui a fatura de juros) é esperado por bancos e consultorias entre 4,7% e 4,8% do PIB em 2005, ante meta de 4,25%.

Hoje, a política fiscal ameaça ser destaque na reunião ministerial em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve reafirmar o objetivo de tornar 2006 "o ano do crescimento". Esse objetivo, promovido a necessidade em ano eleitoral, depende de expansão de investimentos do governo e do setor privado, mas as perspectivas não são alentadoras. O baque da economia no terceiro trimestre deixou sequelas.

INVESTIMENTO INSUFICIENTE

Ao divulgar o valor do PIB brasileiro no terceiro trimestre de 2005, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmou a queda na taxa de investimentos, medida pela formação bruta de capital fixo. Em proporção do PIB, os investimentos caíram de 20,9% no terceiro trimestre de 2004 para 20,4%.

Júlio Gomes de Almeida, diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), reconhece que essa taxa de investimento é baixa, mas significativamente superior aos níveis observados entre 1998 e 2003, descendo a 17,8% do PIB no terceiro trimestre do primeiro ano do governo Lula.

"Caminhamos para taxa de investimento de 20% do PIB em 2005, o que significa um aumento marginal frente aos 19,6% de 2004. O Brasil precisa, a médio prazo, elevar es-

sa taxa a 25% porque ela é necessária para respaldar crescimento econômico de 5% ao ano", explica o economista, que vê a alta taxa de juro e o custo fiscal como dois grandes entraves ao investimento na economia real.

CRESCIMENTO CAPENGA

As estatísticas já mostraram que a produção industrial teve desempenho neutro em outubro. Em novembro, indicadores setoriais sugerem expansão.

Antônio Madeira, economista da MCM Consultores Associados, explica que a indústria deve apresentar variação praticamente nula no último trimestre do ano, em termos médios ante o trimestre anterior, ainda que tenha um resultado robusto em dezembro.

"É possível que a expansão do PIB neste ano fique mais próximo de 2%. Nossa estimativa é de crescimento de 2,2%, supondo que a indústria crescerá em torno de 1% no último trimestre. No entanto, a perspectiva de crescimento da produção industrial de 0,9% em novembro é insuficiente para se atingir tal objetivo", diz.

REFÉM DO CALENDÁRIO

O setor privado vira o ano arrastando uma herança desestimulante por combinar dois amargos ingredientes: juro alto e carga tributária asfixiante. O governo, por sua vez, está amarrado na aplicação do próprio Orçamento que repousa em comissão mista no Congresso. Não está aprovado e, portanto, ainda não tem selo de validade.

A votação do Orçamento tornou-se uma novela muito prolongada. O recesso saiu do calendário devido à autoconvocação do Congresso — que funcionará, mas sem sessão plenária até 16 de janeiro. Com

essa programação, a votação do Orçamento não acontecerá neste ano, o que compromete os planos do governo de acelerar gastos e iniciar novos investimentos.

PREJUÍZO INEVITÁVEL

Sem Orçamento aprovado, relataram os jornalistas Ricardo Amaral e Natuza Nery, da Reuters em Brasília, o governo só pode gastar mensalmente um doze avos (duodécimo) da previsão de receita em despesas de custeio, nas comprovadamente emergenciais e em projetos já em andamento.

O Planalto conta com um dispositivo inédito, incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) este ano, para ampliar esses limites. O artigo 74 da LDO autoriza, nesta situação, o pagamento de "despesas de caráter inadiável e relevante".

Mas, mesmo com esse artifício, o prejuízo é inevitável. O comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento calculou que a arrecadação em 2006 será superior em R\$ 10 bilhões ao estimado na proposta original.

Essa folga está excluída do cálculo do duodécimo e os recursos já têm destino traçado. Deve cobrir o impacto sobre as contas da Previdência de um reajuste do salário mínimo, compensar perda de receita que alguns Estados tiveram como efeito da Lei Kandir, ampliar o reajuste dos servidores e corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física.

* Angela Bittencourt é jornalista da Reuters e sua coluna é publicada diariamente para os clientes dos terminais Reuters 3000Xtra e Reuters Trader Latin America.